

PROJETO EDUTRANSFER

Aprender através de diversos contextos educativos
Transferibilidade de práticas promissoras no quadro do Horizonte 2020
- Seminário Final -

Transferibilidade de práticas promissoras: **que** **recomendações?**



Eunice Macedo, Elsa Guedes Teixeira, Alexandra Carvalho e Helena C. Araújo

28 janeiro de 2022

Projeto financiado pela FCT, com a referência PTDC/CED-EDG/29886/2017



APRENDER ATRAVÉS DE DIVERSOS CONTEXTOS EDUCATIVOS

Transferibilidade de práticas promissoras no quadro do Horizonte 2020

Equipa:

Helena C. Araújo (PI) e Eunice Macedo (Co-PI)
Elsa Guedes Teixeira; Alexandra Carvalho

Sofia Almeida Santos; Alexandra Doroftei
Cosmin Nada; Pedro Abrantes; Sofia Marques da Silva

O Projeto



Apresentando as
Recomendações
Políticas/Policy Briefs

Da estrutura

Sumário Executivo

INTRODUÇÃO

O PROBLEMA E SUA CONTEXTUALIZAÇÃO

Intervenção no problema

A ABRP como estratégia participativa de ensino aprendizagem

RECOMENDAÇÕES POLÍTICO-PEDAGÓGICAS EM CONTEXTO

Recomendações político-pedagógicas em torno da ABRP e dos seus eixos de análise

FUNDAMENTAÇÃO DOS PROCESSOS E RESULTADOS JUSTIFICATIVOS DAS RECOMENDAÇÕES POLÍTICO-PEDAGÓGICA

Resultados da experiência interventiva-investigativa

1. Transferibilidade de práticas promissoras entre diversos contextos educativo
2. Autoria e apropriação na construção do conhecimento e a redução do abandono precoce da educação e formação
3. Relevância das competências do século XXI para as e os estudantes
4. Melhoria das práticas educativas em sala de aula por meio de metodologias participativas

MAIORES DESAFIOS E SOLUÇÕES ENCONTRADAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

LEITURAS COMPLEMENTARES E OUTROS DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

O Problema e sua Contextualização

Mudanças na educação em Portugal, na linha das orientações europeias

- Objetiva-se a redução para 10% das taxas de Abandono Escolar Precoce (AEP agora APEF)
 - Desde 2015, **foco na inclusão educativa** através de um conjunto de medidas políticas e de maior investimento na diversificação da oferta educativa.
 - Dá-se **continuidade a medidas** como a extensão da escolaridade obrigatória (em 2009) e outras para consolidar a escola para todos.
 - Destaca-se o Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho - estabelece o **currículo dos ensinos básico e secundário**, tendo em vista o desenvolvimento nas e nos jovens das **capacidades e atitudes** que contribuam para alcançar as **competências** previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória
- **Princípios orientadores**
 - autonomia e flexibilidade curricular
 - garantia de uma escola [educação] inclusiva
 - reconhecimento das e dos professores [e outros profissionais] enquanto agentes principais do desenvolvimento do currículo
 - valorização do desenvolvimento de projetos interdisciplinares e do trabalho colaborativo
 - valorização dos percursos e progressos realizados por cada estudante [jovem]
 - importância da mobilização de literacias diversas e de múltiplas competências, teóricas e práticas

Mudanças na educação em Portugal, na linha das orientações europeias

- Embora não informando o trabalho das entidades educativas envolvidas no Projeto
 - Portaria nº 181/2019, de 11 de junho - amplia a autonomia e flexibilidade curricular
 - estimula as escolas à adoção de **plano de inovação**, com uma gestão superior a 25 % das matrizes curriculares-base nos ensinos básico e secundário
- Há hoje uma **crescente diferenciação na oferta educativa** que tenta dar resposta à diversidade das e dos estudantes que frequentam as instituições, MAS continua a evidenciar-se
 - uma tendência de hierarquização entre sistemas, que **dividem os grupos jovens na educação em 'escolarizáveis' e menos 'escolarizáveis' ou 'profissionalizáveis'**
 - à prevalência da burocratização do trabalho docente, que conduz a menor investimento na dimensão relacional da pedagogia,
 - a currículos demasiado extensos e complexos, e
 - ao foco na *educação contábil*, ou seja, na avaliação final,
 - a um enquadramento da educação (instituições, profissionais e jovens) enquanto produto.

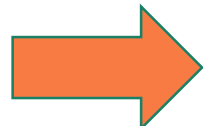
O que nos diz a investigação e os dados estatísticos sobre as condições jovens?

- Várias pesquisas (projeto RESL.eu) acentuam que
- **um número considerável de jovens continua a abandonar a educação e formação sem concluir a escolaridade obrigatória**
- um elevado número de jovens está em situação de desemprego ou precariedade laboral, com números superiores aos da média europeia
- baixos níveis de qualificação têm impacto nas taxas de desemprego, não completar o ensino secundário aumenta 1,5 vezes as probabilidades de ficar desempregado.

- particularmente em 2019 - o desemprego de jovens entre os 15-24 anos caiu abaixo dos 20% pela primeira vez em 10 anos
- a crise pandémica teve um impacto nos níveis de desemprego juvenil – aumento de 4% entre 2019 e 2020
- em 2020, o desemprego entre os menores de 25 anos em Portugal era 5,8%, superior à média da UE27.
- entre os jovens que tiveram um emprego - 56% tinham contratos temporários, 20% tinham empregos a tempo parcial
- as mulheres jovens são mais frequentemente afetadas por contratos temporários e empregos a tempo parcial
- a percentagem de jovens não empregados que não estão em educação ou em formação (NemNem) aumentou em 2020, após anos de progressos
- em modalidades educativas informadas pela competitividade, acentuaram-se desigualdades no acesso e sucesso à educação, no que concerne a aspetos como o domínio de uma cultura digital e o acesso a recursos a ela associados

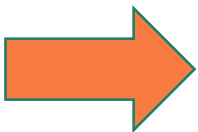
O Problema

- Na abordagem EduTransfer parte-se da preocupação com a **necessidade de maior participação jovem na construção de conhecimento a partir da experiência** nos seus contextos de vida
- Argumentos
 - A **participação na cidadania** tem vindo a ser enquadrada por atividades normativas sancionadas pelo Estado e pelo envolvimento no mercado de trabalho remunerado
 - As pessoas aprendentes
 - têm sido vistas como em preparação para a cidadania, por meio da educação,
 - não têm sido reconhecidas como cidadãs, com plenos direitos, que participam no seu presente
 - as suas experiências, de escolarização e formação são orientadas para a – e pela – vida adulta: projetadas no futuro, enquanto pessoas adultas que deverão inserir-se, e dar resposta às necessidades da sociedade
 - situadas em deficit, os seus saberes e experiências não são suficiente valorizados, o que gera um deficit na sua participação.



O projeto EduTransfer vem na contracorrente desta abordagem

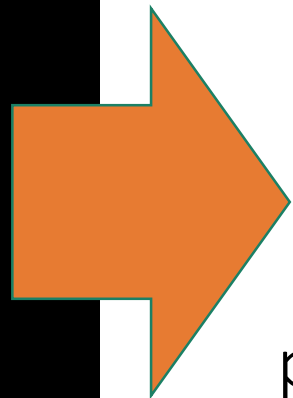
O Problema e suas implicações



O projeto EduTransfer foca

- a necessidade de as **diferentes instituições**, as e os decisores políticos e profissionais da educação e formação, bem como as pessoas jovens cidadãs **unirem esforços para combater o abandono precoce da educação e formação**.
 - Isto implica **co-laboração** no desenvolvimento de estratégias que permitam reduzir aquilo que tem sido descrito como desinteresse e falta de motivação das e dos estudantes, e o seu afastamento da educação.
 - Estes problemas, que afetam a justiça social e a inclusão, sendo gerados no interior da própria sociedade, dos seus sistemas e instituições, têm também de ser endereçados por eles.
- a necessidade de **maior participação jovem na construção de conhecimento a partir da experiência** nos seus contextos de vida, no sentido de ir além da cultura adulta, de tendência mais cognitivista, que ainda informa as instituições, propondo uma **visão holística, inclusiva e relacional da educação**, que estimule a resolução das desigualdades, combata a exclusão e promova a inclusão.


Recomendações
Político-pedagógicas
em Contexto



Foram o(s) caminho(s) realizado(s) com as pessoas jovens e com profissionais nas instituições que permitiu a construção das recomendações políticas do projeto EduTransfer, entretanto já debatidas, na versão provisória, com um conjunto de pessoas interessadas (stakeholders), a quem também agradecemos



- As recomendações EduTransfer estão em consonância, e reforçam, o Despacho n.º 6478/2017, e a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), no que concerne
- o desígnio de a educação e a formação proporcionarem um “desenvolvimento integral” [holístico] das e dos estudantes
 - definindo um “perfil consentâneo com os desafios colocados pela sociedade contemporânea,
 - para o qual devem convergir todas as aprendizagens, garantindo-se a intencionalidade educativa associada às diferentes opções de gestão do currículo”.
- Foca-se a promoção do “desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões” (LBSE).
- Atém-se também à necessidade de criação de condições para a implementação do DL 55/2018
 - autonomia das escolas para maior flexibilidade na gestão curricular,
 - implementação da componente de Cidadania e Desenvolvimento,
 - desenvolvimento de competências,
 - organização do trabalho escolar, através de equipas educativas,
 - participação dos grupos jovens em projetos e experiências e
 - criação de dinâmicas de avaliação das aprendizagens, ajustadas aos processos realizados, condições tais que permitam a instituição pelas e pelos alunos de trajetórias educativas significativas.

- 
- As recomendações EduTransfer são baseadas na experiência interventiva-investigativa
 - Desenvolvem-se em torno dos eixos do projeto
 1. Transferibilidade de práticas promissoras entre diversos contextos educativo
 2. Autoria e apropriação na construção do conhecimento e a redução do abandono precoce da educação e formação
 3. Relevância das competências do século XXI para as e os estudantes
 4. Melhoria das práticas educativas em sala de aula por meio de metodologias participativas
 - Atendendo à transversalidade das recomendações e à complementaridade dialógica entre os eixos, são apresentadas de forma não categorial mas inclusiva

Recomendações
político-pedagógicas em
torno da ABRP e dos
seus eixos de análise

Atender às condições, trazer condições, estimular a participação

- **Tirar partido dos desafios atinentes às condições macro, meso institucionais e individuais** para construir espaços de alerta e de **auscultação de outras possibilidades de fazer educação**, reforçando as cidadanias jovens.
 - Isto implica **atribuição de recursos** que potenciem ajustamentos às atividades educativas previstas, no sentido de desenvolver um conjunto de competências essenciais à gestão da vida no século XXI, incluindo a construção de uma cultura digital democrática.
- **Reforçar uma política educativa de participação** nas instituições educativas que respeite os processos de participação jovem na construção e na apropriação de conhecimento, fazendo **propostas educativas que promovam a qualidade da aprendizagem** e a apropriação de saberes/ competências básicas que possam não ter sido desenvolvidas em tempo próprio, obstaculizando aprendizagens posteriores.
 - Isto implica **registar as reclamações jovens de tempos e espaços de debate**, na senda de um **envolvimento dialógico** na aprendizagem, fazendo rutura com os ritmos demasiado acelerados de trabalho e permitindo a **apresentação de ideias e opiniões**, como desafio que, podendo gerar desconforto, tem valor no processo pedagógico.

Estimular parcerias, reforçar relações, *co-laborar*

- Estimular as parcerias entre universidades e outras instituições educativas, criando condições de **tempo, espaço e recursos para diálogos reflexivos entre profissionais**, no quadro de uma relação de *co-laboração* não territorial, que dê lugar à abertura dessas instituições a outras entidades, incluindo a universidade, no sentido de reconhecer e valorizar potencial destas parcerias para **enriquecer as experiências educativas jovens**, num **cruzamento entre culturas profissionais** distintas.
- Fortalecer as relações intrainstitucionais - pessoas docentes, formadores e formadoras, órgãos de gestão, e comunidade em geral, promovendo as e os profissionais enquanto *intelectuais, investigadores e curiosos*, com valorização do seu trabalho, em *co-laboração*.
 - Isto inclui a participação no desenvolvimento de projetos participativos, como parte da sua função nos tempos de exercício profissional, garantindo que esse envolvimento não venha acrescentar dificuldades, mas antes corresponda a uma distribuição equilibrada entre **planificação, implementação, discussão e avaliação desses projetos**, com base na **reflexão sobre as práticas, tendente à sua melhoria**. Isto implica a criação de tempo/ espaços para a **democratização dialógica do exercício profissional**. Isto implica também que a mobilização de profissionais para projetos tenha em conta os objetivos e projetos de educação/ formação próprios das instituições, mas também as vozes das e dos profissionais, resultando de uma sensibilização dialogada com as direções e coordenações.

Viver o currículo, reforçar a construção relacional do conhecimento

- **Fazer assentar o currículo na resolução de problemas reais**, que afetam diretamente as vidas jovens, **reforça as práticas de cidadania**, produzindo efeitos na implicação das e dos jovens na educação: ganhos em autonomia, incremento da confiança nas aprendizagens e na sua apropriação por parte das e dos jovens.
 - Implica também um reforço do **contacto com o mundo exterior às instituições educativas e com a comunidade** onde as e os estudantes se inserem, permitindo uma apropriação prática na implementação da ABRP, em parceria com outras instituições. Pode também contribuir, de forma relevante, para a **disseminação de práticas promissoras na educação**.
- **Incorporar a ABRP** enquanto metodologia participativa **numa cultura educativa mobilizadora da participação** de todas e todos os seus membros, enquanto **estratégia de ensino aprendizagem** a que se pode recorrer, entre outras, **para cumprir e ir além dos currículos** prescritos.
 - Admite-se que a introdução precoce desta metodologia com crianças da educação básica poderá permitir e naturalizar uma experiência educativa com participação, potenciadora da **implicação das e dos estudantes na construção relacional do conhecimento**.
 - Isto implica uma perspetiva de *co-laboração* e envolvimento de diferentes profissionais, grupos de estudantes (incluindo de anos distintos) e diferentes disciplinas.

Investir na investigação e na formação com jovens e profissionais, desafiando os seus papéis

- Incorporar nos horários das e dos estudantes, nas diversas instituições, o trabalho investigativo e o debate reflexivo inerente à sua realização.
 - Isto implica a **participação jovem na construção e definição do saber e a conceção/reformulação da avaliação nas instituições**, por referência a modalidades de avaliação **continuada**, que permita a **revisão dos processos e aprendizagens**.
 - Implica também **tempos específicos para a ABRP**, que não correspondam a uma sobrecarga de trabalho, nem a substituição de aulas, e a possibilidade de mobilizarem para a ABRP **saberes técnicos e científicos adquiridos nas diferentes disciplinas e de a ABRP contribuir para o cumprimento dos conteúdos disciplinares**, permitindo **aprender de outra forma**.
- Instituir na **formação inicial e continuada** de profissionais o exercício do seu papel **enquanto catalisadores e rede de apoio das aprendizagens**, assente no respeito e reforço das cidadanias jovens e com **competências específicas** para o desenvolvimento de projetos assentes na sua participação e nos seus saberes.
 - Isto implica um saber profissional direcionado para uma cultura de maior participação e autonomia jovem relativamente ao saber adulto, que estimule a tomada de decisões sobre o próprio trabalho, a autonomia no exercício da aprendizagem, e uma reflexividade potenciadora da distinção entre factos e opiniões e da gestão de possíveis limites contextuais.

Exercer uma cultura democrática: comunicar *com* literacia mediática e social

- **Investir na construção da literacia mediática**, como instrumento potenciador de uma comunicação mais ampla com o mundo e com as pessoas que o habitam, alertando sobre os riscos, e desenvolvendo formas de gestão crítica desses riscos.
 - Isto pode incluir o estímulo a uma compreensão mais aprofundada da importância de verificar a fiabilidade dos dados consultados, bem como questionar a credibilidade das fontes.
- **Implementar processos de diálogo e valorização cultural** assentes no reconhecimento e dirigidos à diluição das relações de poder entre *vozes poderosas* e *vozes silenciadas*, vozes que sabem e vozes que não sabem, e estimulando o trabalho em equipa e as relações entre pares, tendo em conta as condições singulares de vida de cada elemento na relação pedagógica.
 - Isto implica **estimular o exercício de uma cultura democrática de participação** e de reconhecimento, com **escuta de todas as vozes**, promover momentos de partilha dos processos de trabalho nas equipas e na turma, com estímulo à participação oral de todas as pessoas intervenientes no quadro de **lideranças partilhadas**.
 - Pode incluir a integração nos processos de aprendizagem de **consultores e consultoras, amigas e amigos críticos** de outros anos de escolaridade/ turmas/ cursos e de outras instituições; como trajetória mobilizadora das e dos estudantes para uma **construção partilhada do conhecimento**, tirando partido das **relações de maior proximidade etária**, em termos das **visões e expectativas do mundo (as suas vozes)**, bem como de **maior proximidade linguística**, facilitadora do debate e compreensão dos tópicos de trabalho.

Investir na dimensão relacional da pedagogia: comunicação democrática *com* autonomia e *com* afetos

- **Robustecer o potencial comunicativo e de aproximação.** Promover a aproximação afetiva, linguística entre jovens para estimular aprendizagens a diversos níveis, tendo em conta os diferentes pontos de partida das e dos sujeitos educativos e que é a **dimensão relacional da pedagogia** que cria espaço para que isso aconteça.
 - Isto implica a criação de **comunidades de aprendizagem** com a participação no centro.
- Promover espaços de debate no processo de aprendizagem e de construção de conhecimento. A metodologia ABRP permite criar uma **aprendizagem dialogada e de exploração coletiva do saber em processos progressivos de autonomia.**
 - No desenvolvimento de um currículo que integra diferentes saberes disciplinares apropriados na resolução de problemas, há lugar ao exercício de competências de uma cultura democrática.
 - Trata-se de defender os valores da democracia experimentando-a no espaço educativo e na aprendizagem.

Valorizar o espírito crítico e criativo na relação com o meio social

- O modelo implementado, por ter em conta cada contexto e a realidade social, incentiva a **definição de questões-problema com relevância para o quotidiano das e dos estudantes** e fomenta a **ação reflexiva** pela apresentação de propostas de solução.
 - Isto implica **maior rigor na pesquisa**, distinguindo factos de opiniões, e questionando a informação *online* - a **literacia mediática**, já referida.
- A ABRP abre espaço para o espírito crítico acerca da inúmera informação acessível, permitindo encontrar mecanismos que distingam opiniões de conteúdos veiculados por órgãos de informação ou entidades públicas e de conhecimento científico. Recomenda-se um trabalho em contexto educativo, em que estão presentes **diferentes perspetivas de fazer e pensar**, alicerçadas numa **conceção de educação enquanto ciência e prática**, que se implementa **em contexto** e se constrói **na relação pedagógica com as e os jovens**.
 - Isto está em consonância com uma visão de educação que promove “a relação entre o indivíduo e o mundo que o rodeia, construída numa dinâmica constante com os espaços físico, social, histórico e cultural” que as aprendizagens essenciais de **Cidadania e Desenvolvimento** auguram.

Construir um currículo que proteja o espaço e o tempo educativo

- Ainda que a literacia digital seja fundamental e que o espaço educativo possa ocorrer em diferentes ambientes, as e os estudantes reclamam outras **formas de trabalho e pesquisa, com componente de trabalho de terreno.**
 - A ABRP potencia a **relação com o contexto social** e estimula a **comunicação e expressão das mundividências** em presença, em consonância com o documento enquadrador da **Autonomia e Flexibilidade Curricular** das escolas - com relevância também para outras instituições educativas - pode caminhar-se para a construção de um **currículo integrador de aprendizagens**, que permita a “substituição de acumulação enciclopedista enumerativa, pelo aprofundamento da complexidade do conhecimento que se elege como essencial.
 - Neste sentido, o “menos” - rutura com o modo quantitativo-enciclopédico - passa a “mais” - **ganhos qualitativos de solidez, uso e aprofundamento do conhecimento.**” Enfatiza-se que os cursos profissionais são referências na implementação de currículos da interdisciplinaridade em ação, que articularam com o PBL, mobilizando diferentes módulos e profissionais.

Instituir as e os jovens, e a sua comunidade educativa, enquanto parceiros na construção política

- A **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável** e a mobilização das instituições educativas para atingir as metas definidas pelo **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** é um elemento paradigmático de como **a educação é não só um objetivo como um catalisador para atingir os outros ODS**. Os ODS constituíram o pano de fundo para o desenvolvimento da ABRP em várias instituições educativas, tendo-se revelado o **potencial da transferibilidade dos debates e reflexões realizadas no processo de aprendizagem na comunidade**.
 - Por incentivar a experiência da aprendizagem no diálogo, a ABRP aponta caminhos para o **envolvimento progressivo das e dos jovens no debate público** sobre a política educativa e o modelo de desenvolvimento, os quais têm implicações nos seus contextos de vida, no presente e no futuro.
- **Tirar partido da transferibilidade de experiências e saberes entre contextos**.
 - Introduzir **dimensões mais práticas nos cursos científico-humanísticos**, flexibilizando a abordagem; **mais científicas nos cursos profissionais e mais reflexivas e investigativas em ambos**; promover uma **reorganização curricular** dos cursos científico-humanísticos em módulos, **recontextualizando práticas promissoras** dos cursos profissionais; criar momentos/ espaços favoráveis à transferibilidade de saberes e experiências entre profissionais com exposição de dúvidas e inseguranças heterogeneidade de contextos educativos, tipos de cursos, áreas científicas, níveis de ensino.

APRENDER ATRAVÉS DE DIVERSOS CONTEXTOS EDUCATIVOS
Transferibilidade de práticas promissoras no quadro do Horizonte 2020

Gratas!

edutransfer@fpce.up.pt



O Projeto

